

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA**  
CNPJ nº 25.335.803/0001-28

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em Reais - Centavos omitidos)

**ATIVO**

	Notas	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.266.728	4.323.653
Títulos e créditos a receber – Convênios	5	12.775.581	10.926.133
Estoques		796.279	1.008.577
Adiantamentos		582.056	604.413
Outros títulos e créditos a receber	6	7.690.294	7.734.123
Despesas antecipadas		262.063	99.938
		<u>25.373.001</u>	<u>24.696.837</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Créditos a receber		190.272	55.975
Depósitos judiciais		918.076	918.301
Valores mobiliários		19.181	13.570
Investimentos		103.058	-
Imobilizado	7	11.972.875	13.574.206
Intangível	8	20.860	40.847
		<u>13.224.322</u>	<u>14.602.899</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>38.597.323</u>	<u>39.299.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## PASSIVO

	Notas	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS</b>		<b><u>2.875.592</u></b>	<b><u>3.440.261</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		5.263.456	5.303.155
Empréstimos e financiamentos	9	8.147.937	8.109.006
Obrigações sociais e tributárias		1.942.383	1.635.230
Provisões trabalhistas		<u>1.467.602</u>	<u>1.414.311</u>
		<b><u>16.821.378</u></b>	<b><u>16.461.702</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	14.633.148	12.649.131
Parcelamentos		933.988	571.895
Provisão para contingências	10	<u>150.000</u>	<u>90.000</u>
		<b><u>15.717.136</u></b>	<b><u>13.311.026</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social	14	2.272.839	2.328.628
Reservas patrimoniais		991.172	991.172
Superávit (Déficit) acumulado		<u>(80.794)</u>	<u>2.766.947</u>
		<b><u>3.183.217</u></b>	<b><u>6.086.747</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>38.597.323</u></b>	<b><u>39.299.736</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em Reais - Centavos omitidos)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>		
Atividade Hospitalar	51.363.386	48.840.169
Plano de Saúde	12.142.809	11.072.842
Receitas com Gratuidade e Isenção	7.012.274	7.547.597
Outras Receitas	1.454.289	1.384.199
<b>RECEITA BRUTA</b>	<u>71.972.758</u>	<u>68.844.807</u>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<u>(10.006.218)</u>	<u>(11.876.090)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	61.966.540	56.968.717
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<u>(36.264.651)</u>	<u>(32.930.645)</u>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	25.701.889	24.038.072
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas Administrativas	(22.346.043)	(22.018.471)
Despesas Tributárias	(26.431)	(34.848)
Despesas Financeiras	(4.919.866)	(4.363.915)
Receitas Financeiras	1.017.315	2.274.841
Receitas Eventuais	143.538	160.977
Outras Despesas	(2.418.143)	(2.206.232)
	<u>(28.549.630)</u>	<u>(26.187.648)</u>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<u>(2.847.741)</u>	<u>(2.149.576)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em Reais - Centavos omitidos)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reservas Patrimoniais</u>	<u>Superávit Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.328.628	991.172	4.916.523	8.236.323
Déficit do exercício			<u>(2.149.576)</u>	<u>(2.149.576)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.328.628	991.172	2.766.947	6.086.747
Cisão – Creche Casa do Guri	(55.789)			(55.789)
Déficit do exercício			<u>(2.847.741)</u>	<u>(2.847.741)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.272.839</u>	<u>991.172</u>	<u>(80.794)</u>	<u>3.183.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em Reais - Centavos omitidos)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(2.847.741)	(2.149.576)
Depreciação e amortização	2.221.981	2.195.772
Baixas de imobilizado	224.987	170.780
Cisão – Creche Casa do Guri	(55.790)	-
<b>Resultado ajustado</b>	<u><b>(456.563)</b></u>	<u><b>216.976</b></u>
<b>(Acréscimo) decréscimo de ativos</b>		
Títulos e créditos a receber – Convênios	(1.983.745)	(973.645)
Estoques	212.298	134.598
Adiantamentos	22.357	(102.312)
Outros títulos e créditos a receber	43.829	(701.671)
Despesas antecipadas	(162.125)	242.711
Depósitos judiciais	225	(68.223)
Valores mobiliários	(5.611)	1.430
	<u><b>(1.872.772)</b></u>	<u><b>(1.467.112)</b></u>
<b>Acréscimo (decréscimo) de passivos</b>		
Fornecedores	(39.699)	702.226
Obrigações sociais e tributárias	307.153	41.561
Provisões trabalhistas	53.291	(14.487)
Parcelamentos	362.093	571.895
Provisão para contingências	60.000	-
Provisões técnicas	(564.669)	967.854
	<u><b>178.169</b></u>	<u><b>2.269.049</b></u>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u><b>(2.151.166)</b></u>	<u><b>1.018.913</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Inversões no Imobilizado	(825.649)	(1.541.121)
Inversões no investimento	(103.058)	-
<b>Caixa líquido das atividades de Investimento</b>	<u><b>(928.707)</b></u>	<u><b>(1.541.121)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.022.948	1.554.747
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<u><b>2.022.948</b></u>	<u><b>1.554.747</b></u>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(1.056.925)</b></u>	<u><b>1.032.539</b></u>
Disponibilidades no início do exercício	4.323.653	3.291.114
Disponibilidades no final do exercício	3.266.728	4.323.653
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(1.056.925)</b></u>	<u><b>1.032.539</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em Reais - Centavos omitidos)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Associação Beneficente Católica** é uma associação civil de direito privado, com sede e foro na cidade de Ubá - MG, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos sociais principais, prestar assistência social, odontológica, médica e hospitalar gratuita à comunidade, amparar a maternidade e a criança, distribuir gratuitamente aos necessitados alimentos, vestuários, agasalhos e medicamentos dentro das disponibilidades de seus recursos, colaborar para o desenvolvimento católico da região, operar planos próprios de assistência à saúde, mantendo todas as suas unidades com a finalidade de execução de seus objetivos.

**CISÃO PARCIAL**

A Associação Beneficente Católica processou em 30 de janeiro de 2018 cisão parcial, com versão de parte do Patrimônio Líquido para a Associação Beneficente Católica - Casa do Guri.

A cisão decorre de notificação emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, protocolo nº 33902.770264, que rege os aspectos do objeto social das autogestões e filantropias que possuem registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, e suas alterações, na ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros, e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, associadas às normas e resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2019.

**3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

**a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui o caixa, os depósitos bancários, e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 12 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**c. Títulos e créditos a receber**

Representado, basicamente, por mensalidades e faturas, avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de difícil liquidação é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**d. Ativo e passivo circulante e não circulantes**

Estão demonstrados pelos valores de realização conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

**e. Estoques**

São demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

**f. Imobilizado**

A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados.

Os gastos com manutenção dos ativos da entidade são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. O custo das principais renovações é acrescido ao valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil do ativo.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas e Despesas Operacionais" na Demonstração do Resultado.

**g. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são anualmente revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**i. Empréstimos**

Os empréstimos tomados são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

**j. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos em base "pro-rata".

**k. Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável, e os de curto prazo são submetidos a esse ajuste quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa e contratuais.

**l. Uso de estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras



fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	372.640	1.312.745
Aplicações financeiras	2.894.088	3.010.908
	<u><b>3.266.728</b></u>	<u><b>4.323.653</b></u>

O saldo de aplicações financeiras é representado por Certificados de Depósito Bancário, com retorno obtido através de taxa pós-fixada. O objetivo deste investimento é buscar alternativas para aplicar a liquidez da entidade.

#### 5. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER - CONVÊNIOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber	15.450.312	10.303.230
Faturas a receber - PJ	1.101.794	1.073.403
Mensalidades a receber - PF	610.565	732.129
Provisão para créditos de difícil liquidação	(4.387.090)	(1.182.629)
	<u><b>12.775.581</b></u>	<u><b>10.926.133</b></u>

#### 6. OUTROS TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos e créditos a receber	7.654.094	7.704.095
Honorários médicos a receber	36.200	30.028
	<u><b>7.690.294</b></u>	<u><b>7.734.123</b></u>

Representam verbas oriundas de emendas parlamentares individuais cadastradas, parte do CIB-SUS/MG e SES/MG e Orçamento da União, através do Ministério da Saúde. A administração entende que as verbas serão recebidas no exercício de 2019, para aplicação em custeio, promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. São convênios assinados e publicados no Diário Oficial da União.



## 7. IMOBILIZADO

	2018		2017		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
<b>Imóveis hospitalares</b>					
Imóveis de uso	9.335.630	(2.900.323)	6.435.307	6.266.429	4%
Terrenos	884.000	-	884.000	1.025.222	-
	<b>10.219.630</b>	<b>(2900.323)</b>	<b>7.319.307</b>	<b>7.291.651</b>	
<b>Bens móveis hospitalares</b>					
Instalações	573.909	(425.786)	148.123	205.514	10%
Aparelhos médico-cirúrgicos	14.870.537	(11.982.194)	2.888.343	4.229.195	10%
Móveis, máquinas e equipamentos	3.664.708	(2.161.577)	1.500.131	1.185.850	10%
Utensílios diversos	66.639	(27.000)	39.639	46.117	10 e 20%
	<b>19.175.793</b>	<b>(14.599.557)</b>	<b>4.576.236</b>	<b>5.666.676</b>	
<b>Outros</b>					
Móveis, máquinas e equipamentos	-	-	-	5.543	10%
Veículos	147.781	(145.039)	2.742	32.298	20%
Sistema de segurança	12.071	(8.248)	3.823	6.237	10%
Construções em andamento	40.400	-	40.400	480.372	-
Outros	-	-	-	84	-
Equipamento proc.de dados	694.869	(664.502)	30.367	91.345	20%
	<b>895.121</b>	<b>(817.789)</b>	<b>77.332</b>	<b>615.879</b>	
	<b>30.290.544</b>	<b>(18.317.669)</b>	<b>11.972.875</b>	<b>13.574.206</b>	

De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a entidade decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

## 8. INTANGÍVEL

	Saldos em 2017	Adições	Baixas	Saldos em 2018
Custo	116.912	-	-	116.912
Amortização acumulada	(76.065)	(19.987)	-	(96.052)
	<b>40.847</b>	<b>(19.987)</b>	<b>-</b>	<b>20.860</b>

Representado, substancialmente, por sistemas de computação, sendo amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Instituições financeiras	<u>8.147.937</u>	<u>14.633.148</u>	<u>22.781.085</u>	<u>20.758.137</u>

Os encargos contratuais são os normais de mercado para a modalidade específica, e variam de 0,99% a 7% ao mês e 7,00% a 57,05% ao ano, com vencimento final previsto para 2024, sendo garantidos por aval dos diretores e/ou alienação fiduciária.

## 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a Administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade ainda possui em trâmite o montante de R\$ 3.509.428 (R\$ 1.908.247 em 2017) relacionados a processos administrativos e judiciais, cuja probabilidade de perda parcial é possível.

## 11. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade.

## 12. GRATUIDADES

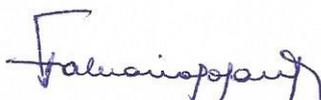
Em atendimento ao Decreto nº 7.237/10, Lei nº 12.101/09 e, conforme definição dada pela Portaria MS nº 312, de 30/04/2002, a entidade oferta a prestação de todos os seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, e comprova, anualmente, o mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente-dia.

### 13. DOAÇÕES RECEBIDAS

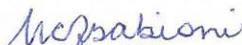
A entidade recebeu doações de diversas pessoas físicas, jurídicas e do Governo do Estado de Minas Gerais, decorrentes de convênios firmados no montante de R\$ 819.467 (R\$ 1.384.199 em 2017).

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é de R\$ 3.183.217 (R\$ 6.086.477 em 2017), sendo representado pelo saldo no início do exercício, computando-se as variações do corrente ano.



**Fabiano dos Santos**  
Diretor Presidente



**Márcia Candian Filgueiras Sabioni**  
Téc. Cont. CRCMG 48.401



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Srs. Diretores da  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA**  
Ubá – MG

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Beneficente Católica**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e /ou possíveis dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente Católica** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Não foram realizados os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade e apurados os ajustes a valor presente com base nos saldos de Contas a Receber e Fornecedores, conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, respectivamente. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perdas ou ganhos desses ativos e, também, perdas decorrentes de ajuste a valor presente de ativos e passivos por valores não quantificados.

São mantidos registrados no exercício de 2018 ativos contingentes oriundos de Parcelas Excepcionais por Município divulgadas por Resoluções emitidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Saúde no montante de R\$ 7.690.294. Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 25/IAS37 deverá ser observado o Princípio do Conservadorismo (Prudência), não devendo ser reconhecido contabilmente, mas tão somente ser divulgado em nota com a descrição da sua natureza, o valor potencial e a expectativa da Associação sobre a sua eventual realização.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

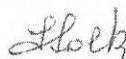
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**

**Auditores Independentes**

CRCMG N° 002.684/O



**Isaias Rotstein Soltz**

Contador CRCMG 18.253/O-6